

## Editorial

Alketa Peci <sup>1</sup><sup>1</sup> Fundação Getúlio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro / RJ — Brasil

Após as eleições e a posse do novo governo, o setor público brasileiro, acompanhado de sua (falta de) eficiência, volta a assumir um espaço de destaque na agenda política. Tal destaque é marcado pela visão crítica: seja por medidas diretas, como o cancelamento de concursos públicos ou as mudanças nas regras de cargos de gratificação; seja indiretamente, pelo discurso dominante acerca da ineficiência da burocracia, da sua captura por grupos de interesse e dos obstáculos burocráticos ao desenvolvimento econômico.

Esta visão negativa acerca do setor público é ainda mais aprofundada pela narrativa dominante da corrupção sistêmica. Interessante observar que a suspeita de corrupção sistêmica está na gênese de construção do Estado brasileiro desde a administração pública colonial. Entretanto, a Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, e a rede complexa de operações e denúncias desde então reveladas foram capazes de materializar e tornar viva esta eterna suspeita de um setor público corrupto e ineficiente perante a população brasileira. O número de políticos e funcionários públicos acusados (e em menor número, condenados), o montante dos recursos financeiros envolvidos, o dinheiro exposto em malas na TV nacional, o envolvimento de empresas estatais, como a Petrobras, são apenas alguns fatores que influenciaram essa materialização da teia de corrupção no imaginário coletivo.

As consequências deste cenário trazem desafios enormes para o setor público brasileiro. Não resta dúvida de que a burocracia brasileira, um conjunto multifacetado de organizações, carreiras e indivíduos que a materializam nas práticas cotidianas, tem uma grande parcela de responsabilidade na atual crise social e econômica. Entretanto, também seria simplório assumir que a causa da corrupção sistêmica brasileira reside na natureza da sua burocracia. Boa parte dos esquemas de corrupção revelados associa políticos, funcionários em cargos de confiança e empresas privadas em contratos, mas, para grande parcela da população, é difícil desassociar a burocracia de carreira do resto da máquina pública.

Direta ou indiretamente envolvida na teia complexa das patologias de corrupção, a burocracia pública tem a sua reputação arranhada. As respostas que vem assumindo desde então têm se traduzido numa paralisia decisória que contribui ainda mais para o aprofundamento da crise. Acuados pelos controles diretos e indiretos e pela opinião pública, os burocratas com capacidade decisória preferem evitar a tomada de decisão e optar pelo legalismo em detrimento da eficiência ou eficácia. A paralisia decisória do setor público contribui ainda mais para o agravamento da crise e, paradoxalmente, para uma visão mais negativa do setor público. Deste círculo vicioso ninguém sairá vitorioso. A pesquisa de administração pública já demonstra que apenas organizações burocráticas com forte reputação conseguem ser autônomas, influenciando as políticas públicas com decisões tomadas independentemente (Carpenter, 2011) e resistindo a interferências políticas ou de outra ordem.



Os artigos reunidos neste número da RAP nos ajudam a compreender a complexidade do cenário contemporâneo de administração pública. Sabemos que reformas públicas demasiadamente ambiciosas e abrangentes, embora sejam apelativas do ponto de vista político, tendem a falhar em curto prazo. Os trabalhos publicados aqui indicam vários caminhos de melhoria. Neles são discutidas não apenas as patologias associadas a fenômenos complexos como a Lava Jato, mas também uma série de outros fatores que influenciam direta ou indiretamente o desempenho de organizações públicas em diversos setores, assim como de reformas, como a da previdência. Os artigos deste número ajudam a desmistificar algumas ideias consolidadas (mais recursos não necessariamente se traduzem em melhor desempenho escolar), a situar as organizações públicas num contexto maior (nível socioeconômico dos familiares de alunos em escola ou características demográficas de um país), a apontar reformas concretas de melhoria que possam resgatar a reputação do setor público (transparência), entre outras contribuições.

Desejo a todos uma boa leitura.

Alketa Peci  
Editora-chefe

#### Alketa Peci



<https://orcid.org/0000-0002-0488-1744>

Doutora em administração e professora associada da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Editora-chefe da Revista de Administração Pública (RAP). E-mail: [alketa@fgv.br](mailto:alketa@fgv.br)